



A seguradora global de confiança.

MAPFRE Brasil Participações S.A.

CNPJ 09.007.935/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas na forma da legislação societária, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

A MAPFRE Brasil Participações S.A. é uma empresa de participações ("holding") que atua nos segmentos de seguros, previdência aberta e capitalização.

MAPFRE no Exterior
O faturamento da MAPFRE no ano de 2017 totalizou 27,9 bilhões de euros (R\$ 101,6 bilhões), um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior. Somente os prêmios de seguros superaram a cifra de 23,4 bilhões de euros (R\$ 85,6 bilhões), com um crescimento anual de 2,9%.
O resultado do Grupo de 701 milhões de euros (R\$ 2,6 bilhões), indica uma redução de 9,7%, impactado de forma importante pelas catástrofes naturais ocorridas em 2017, que afetaram o Grupo em 126 milhões de euros (R\$ 458,8 milhões).
Foram destaques a boa evolução dos negócios na Espanha, assim como o excelente comportamento das atividades resseguradoras, que mesmo com o impacto das catástrofes, gerou um resultado líquido de 163 milhões de euros (R\$ 650 milhões) e um índice combinado de 94,8%.
O patrimônio líquido do grupo foi de 10,5 bilhões de euros (R\$ 38,2 bilhões), apresentando redução em razão principalmente do impacto do câmbio decorrente das operações fora da zona do euro (696 milhões de euros, ou R\$ 2,5 bilhões). Já os ativos totais do Grupo superaram os 67,5 bilhões de euros (R\$ 245,8 bilhões).
O índice combinado da MAPFRE situou-se em 98,1%, o que representa um excelente resultado técnico global. Sem os impactos das catástrofes este índice seria de 96,9% (0,5 pontos percentuais abaixo do ano anterior).

Dividendos
O Conselho de Administração chegou a um acordo para propor à Assembleia Geral de Acionistas um dividendo complementar, representando 4,9% de rentabilidade em relação aos preços atuais da ação. Desta forma, a MAPFRE destinará 447 milhões de euros ao pagamento aos seus acionistas relativo aos resultados do exercício de 2017, à mesma quantidade que no ano anterior. Isto representa um pay out de 63,7%.

Cifras regionais
A MAPFRE principal multinacional seguradora na América Latina, aumentou seu volume de prêmios na região em 8,6%, totalizando R\$ 29,2 bilhões (8 bilhões de euros) em 2017. O resultado da operação somou R\$ 833,8 milhões (229 milhões de euros) na América Latina, ou seja 19% a mais que 2016. No conjunto, a área representa 34% dos prêmios e 32% dos resultados da MAPFRE.

As receitas da MAPFRE Brasil cresceram 0,8% e gerou R\$ 16,0 bilhões (4,5 bilhões de euros) em prêmios, representando 20% das operações do Grupo no mundo. Os resultados atribuídos somaram R\$ 483,3 milhões (128 milhões de euros), uma cota de 16,3% em relação ao resultado global. A redução de 11% nos resultados locais foi decorrente principalmente do aumento da sinistralidade na carteira de Autos e do menor volume de vendas no segmento de Vida do Canal Bancário.
O resultado antes de impostos de todas as atividades no Brasil somou R\$ 2,4 bilhões, ou 20,5% inferior a 2016. Adicionalmente, nos últimos meses centramos esforços na melhoria dos processos de subscrição, em especial, no aprimoramento dos serviços a clientes e distribuidores.
Em 2017 foram distribuídos aos acionistas o montante de R\$ 391,725 milhões provenientes de reserva estatutária, sendo R\$ 65.854 milhões de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TAP no período de exercício e dividendos no montante de R\$ 325.881 milhões, conforme AGE de 4 de dezembro de 2017.

Conforme previsto no artigo 30º, do Estatuto Social a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, é transferida para a conta de reservas estatutárias.

Reconhecimentos
• Reconhecimento como a seguradora mais sustentável de 2017, segundo o Guia Exame de Sustentabilidade, figurando, pelo 5º ano consecutivo, entre as companhias mais sustentáveis do Brasil.
• 1º lugar no Prêmio Antônio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros da CInseg, na categoria CNA, com o caso "Campanha Campanha de CO₂", que demonstra o compromisso com a inovação e a sustentabilidade.
• 2ª posição na categoria Seguros e Planos de Saúde, do anuário "Valor Inovação Brasil 2017", publicado pelo jornal Valor Econômico, em parceria com a Strategy1 (consultoria estratégica do network PwC). Entre as 150 companhias reconhecidas, conquistou a 68ª colocação.
• Pelo 6º ano consecutivo, entre as Melhores Empresas para Trabalhar - Great Place to Work 2017, conquistando a 16ª posição na categoria 25 Melhores Multinationais.
• Troféu no 6º Prêmio Ouidiórias Brasil, que reconhece as empresas públicas e privadas que apresentaram cases com iniciativas inovadoras para melhorar a organização e agregar valor ao consumidor ou à sociedade.
• Prêmio Top Gestão, elaborado pelo jornal Valor Econômico - S&P Global Ratings, para a MAPFRE Investimentos pelo qual, em 2017, conquistou a 1ª posição na categoria Focadas-Renda Fixa.
Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.
São Paulo, 25 de abril de 2018
A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante	945.111	638.960	21.645.010	10.567.996
Caixa e equivalentes de caixa	5	46	6	55.196
Ativos financeiros	865.505	575.312	16.981.767	16.171.582
Aplicações financeiras	6	859.240	538.671	12.156.147
Empréstimos e recebíveis	6.265	36.641	4.825.620	5.301.860
Créditos das operações com seguros e resseguros	7A	-	4.680.125	5.131.150
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	2.158	895
Créditos das operações de capitalização	-	-	8.842	5.663
Títulos e créditos a receber	7B	6.265	36.641	134.495
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	2.444.409	2.068.327
Créditos tributários e previdenciários	8	79.427	63.265	334.486
Outros ativos	10	133	317	3.632
Salvados (bens) a venda	14	-	286.580	328.910
Custos de aquisição diferidos	10	-	1.429.484	1.407.755
Ativo não circulante	3.279.753	3.884.213	13.126.847	14.132.360
Realizável a longo prazo	57.274	55.780	9.337.097	10.156.381
Ativos financeiros	57.274	52.837	6.691.641	7.627.682
Aplicações financeiras	6	57.274	52.837	3.890.983
Empréstimos e recebíveis	-	-	2.800.658	2.805.370
Créditos das operações com seguros e resseguros	7A	-	1.037.641	1.144.224
Títulos e créditos a receber	7B	-	1.763.017	1.661.146
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	709.933	232.613
Créditos tributários e previdenciários	8	-	2.943	1.428.894
Custos de aquisição diferidos	14	-	1.006.629	964.954
Propriedade para investimento	-	-	3.632	3.709
Investimentos (participações societárias)	11	3.219.902	3.826.715	3.339
Imobilizado	12	2.577	1.718	156.290
Intangíveis	13	-	526.485	3.800.887
Total do ativo	4.224.864	4.523.173	34.771.857	34.700.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Circulante	14.300	5.658	15.924.375	15.637.242
Passivos de contrato de seguros	14	-	12.280.339	11.847.494
Débitos das operações com seguros e resseguros	15	-	2.316.561	2.207.713
Débitos de operações com previdência complementar	16	-	14.984	13.878
Passivos financeiros - capitalização	17	-	107.296	77.942
Depósito de terceiros	18	-	141.521	152.452
Outros passivos	19A e C	14.300	5.658	1.063.674
Passivo não circulante	217.451	619.366	110.329	10.656.300
Passivos de contrato de seguros	14	-	7.477.881	7.223.862
Passivos diferidos	19B	211.522	258.835	1.169.379
Juros passivos	19A e C	9.229	360.531	1.463.069
Reserva de lucro	20	3.993.113	3.898.149	8.737.153
Aos acionistas da controladora	3.993.113	3.898.149	3.993.113	3.898.149
Capital social	1.773.953	1.773.953	1.773.953	1.773.953
Reserva de lucros	594.843	594.843	594.843	594.843
Reservas de lucros	1.620.615	1.529.021	1.620.615	1.529.021
Ajuste com títulos e valores mobiliários	3.702	332	3.702	332
Participação de não controladores	-	-	4.744.040	5.108.665
Total do passivo e patrimônio líquido	4.224.864	4.523.173	34.771.857	34.700.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

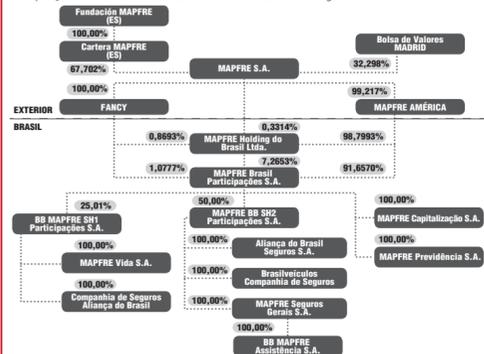
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2015	Capital Social		Reserva de Lucros		Participação de não controladores		Total
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios AGE 29.04.2016	1.773.953	594.843	110.604	1.191.461	-	-	8.503.217
Dividendos pagos	-	-	-	(278.215)	-	-	(278.215)
Ajuste por efeitos de TVM	-	-	-	-	17.184	-	33.528
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	541.482	541.482	1.343.046
Reservas	-	-	25.259	479.912	-	-	(36.311)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(1.172.117)
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	-	-	55.000
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.773.953	594.843	135.863	1.393.158	332	-	9.006.814
Dividendos pagos AGE 04.12.2017	-	-	-	(325.881)	-	-	(325.881)
Ajuste por efeitos de TVM	-	-	-	-	3.370	-	10.451
Lucro líquido do exercício	-	-	24.166	393.309	-	-	1.326.496
Reservas	-	-	-	-	-	-	(417.475)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(65.854)
Distribuição de dividendos de não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.701.572)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.773.953	594.843	160.029	1.460.586	3.702	-	8.737.153

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Nota 1 - CONTEXTO OPERACIONAL
A MAPFRE Brasil Participações S.A. (doravante designada por "Grupo" ou "Companhia"), controlada da MAPFRE S.A., entidade com sede na Espanha em Madrid, foi constituída em 29 de maio de 2007 e em 29 de setembro de 2010, iniciou suas operações. A Companhia, é uma sociedade de capital fechado e possui como objeto social a participação como quotista ou acionista, em outras sociedades, sejam estas simples ou empresariais, nacionais ou estrangeiras. Com sede no escritório localizado na Avenida das Nações Unidas, 11.711 - 21ª andar em São Paulo, estado de São Paulo - Brasil e cadastrada sobre o CNPJ nº 09.007.935/0001-74.
Em 5 de maio de 2010, o Grupo MAPFRE firmou Acordo Comercial com o Banco do Brasil S.A. para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóveis. A operacionalização desse acordo decorreu da reorganização societária da área de seguros do Grupo MAPFRE. Em 28 de dezembro de 2010, o SUSEP aprovou previamente a reorganização operacional e societária por meio das cartas SUSEP/SEGER nº 121 e 122 de 2010. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Grupo MAPFRE e o Banco do Brasil foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades Holdings, SH1 e SH2. A parceria não envolveu as operações de seguros de crédito à exportação, capitalização e previdência.
As controladoras diretas e indiretas da MAPFRE Brasil Participações S.A. são as seguintes:
Controladoras diretas:
a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias de seguros com atuação nos ramos de seguros agrícolas, perigo rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral, exceto quando comercializados por meio das Canais Affinity.
b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto, nos termos da legislação em vigor, a participação como acionista em companhias que desenvolvam atividades relacionadas a operações nos ramos de (i) seguros de ramos elementares, incluindo seguros de automóveis, residenciais, industriais; e (ii) seguros agrícolas, perigo rural, seguros imobiliários e seguros de vida em geral, quando comercializados pelos Canais Affinity. Entende-se por Canais Affinity todos e quaisquer canais de distribuição destinados a vendas de seguros para clientes finais vinculados a pessoas jurídicas (clientes ou não do Banco do Brasil), incluindo, mas sem se limitar a cooperativas, instituições financeiras, redes varejistas e companhias de serviços públicos.
c) MAPFRE Capitalização S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional.
d) MAPFRE Previdência S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como os seguros de ramo vida com sobrevivência no território nacional.
Controladoras indiretas que estão dentro da estrutura das duas holdings (BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.):
a) MAPFRE Vida S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como os seguros de ramo vida em geral no território nacional.
b) Aliança do Brasil Seguros S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de riscos de danos;
c) MAPFRE Seguros Gerais S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar com seguros e resseguros nos ramos de vida e elementares em todo o território nacional;
d) BB MAPFRE Assistência S.A. - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a prestação de serviços de assistência em geral e serviços de telemarketing.
e) Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos de riscos de danos; e
f) Brasileira Companhia de Seguros - Com sede em São Paulo, Brasil, sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social operação com seguros de danos e de pessoas, especializando-se, entretanto, na modalidade automóvel em todo o território nacional.
A composição acionária em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era a seguinte:



O sócio não controlador (Banco do Brasil) das empresas BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A. detém 74,99% e 50,00% respectivamente das ações ordinárias.

Nota 2 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de continuidade
As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.
b) Critério de consolidação
O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.
Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.
Foram incluídos os saldos das contas patrimoniais e de resultado das companhias participantes da consolidação, bem como foram eliminadas as participações societárias e os saldos resultantes de operações realizadas entre as Companhias.
As participações no patrimônio líquido e no resultado das companhias controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, não pertencentes na totalidade a MAPFRE Brasil Participações S.A., foram classificadas como participações de não controladores.
c) Base de dados das demonstrações financeiras consolidadas
Além da MAPFRE Brasil Participações S.A., instituição controladora, consolidou-se as demonstrações financeiras das companhias controladas diretas e controladas indiretas a seguir relacionadas: As demonstrações financeiras individuais com data-base em 31 de dezembro de 2017 foram publicadas em 28 de fevereiro de 2018.

Participação de capital 2017 e 2016

Controladora	2017	2016
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.	25,01%	25,01%
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.	50,00%	50,00%
MAPFRE Capitalização S.A.	100,00%	100,00%
MAPFRE Previdência S.A.	100,00%	100,00%
MAPFRE Vida S.A.	25,01%	25,01%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	40,00%	40,00%
BB MAPFRE Assistência S.A.	50,00%	50,00%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	50,00%	50,00%
Brasileira Companhia de Seguros	100,00%	100,00%
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	100,00%	100,00%
BB MAPFRE Assistência S.A.	100,00%	100,00%

Companhias controladas diretas:
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.
MAPFRE Capitalização S.A.
MAPFRE Previdência S.A.
Controladas indiretas:
MAPFRE Vida S.A.
Companhia de Seguros Aliança do Brasil
MAPFRE Seguros Gerais S.A.
BB MAPFRE Assistência S.A.
Aliança do Brasil Seguros S.A.
Brasileira Companhia de Seguros
Foram também objeto da consolidação os fundos de investimentos exclusivos relacionados a segur, os quais são considerados como entidades de propósito específicos, para os quais foram destacados e eliminados os saldos entre ativos e passivos e as receitas e despesas correspondentes das operações realizadas em uma Controladora e estas entidades.
Nome do Fundo
BB ABS Ativos Garantidos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo
BB Aliança 2 Fundo de Investimento Renda Fixa
BB Aliança Fundo de Investimento Renda Fixa
BB E MAPFRE Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa
BB E MAPFRE Rentabilidade Fundo de Investimento Renda Fixa
BB MAPFRE SH1 E SH2 Fundo de Investimento Renda Fixa
BB Recurso de Liquidez Brasileira Fundo de Investimento Renda Fixa
CSHG Master Ações Fundo de Investimento Previdenciário em Ações
CSHG Master Juro Renda Fundo de Investimento Multimercado Previdenciário
CSHG Master Real Fundo de Investimento Previdenciário
Fundo de Investimentos BBMAPFRE Liquidez Master Renda Fixa
Fundo de Investimento BBMAPFRE Rentabilidade Master Renda Fixa
Fundo de Investimento MAPFRE Renda Fixa
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE Garantias
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE IGP
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE MAREF
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE Privado I
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE Privado II
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE SOberano
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE SEC Privado I
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE SEC Privado II
Fundo de Investimento Renda Fixa MAPFRE SOberano
MAPFRE Fundo de Investimento Renda Fixa Exclusivo MAPFRE
MAPFRE Master Estratégia DI Fundo de Investimento Renda Fixa Prev
MAPFRE Master Fundo de Investimento Renda Fixa Prev
MAPFRE Master Governance Fundo de Investimento Multimercado
MAPFRE Master Fundo de Investimento Multimercado
MAPFRE Master Multimercado Prev Fundo de Investimento
MAPFRE NÓSSA CAIXA Fundo de Investimento Renda Fixa
MAPFRE SH1 Fundo de Investimento Multimercado
SICREDI-Fundo de Investimento de Renda Fixa Exclusivo MAPFRE
d) Continuidade
A Administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento ou incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base nesse princípio.
e) Base para mensuração
As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo e provendo complementar de prêmios para o produto ouro vida mensurado pelo valor justo. A moeda funcional do Grupo é o Real.
f) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data do balanço. Exceto quando mencionado, os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de reais e arredondados para o milhar mais próximo.
g) Uso de estimativas, julgamentos e as principais pressuposições contábeis
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e pressuposições que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressuposições são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas explicativas:
Nota 2c Consolidação; determinação se o Grupo detém de fato controle sobre uma investida;
Nota 30 Ativos financeiros;
Nota 31 Passivos de contrato de seguros, débitos das operações com seguros, resseguros, previdência complementar, passivos financeiros - capitalização e Provisões Técnicas.
Nota 31 Mensuração dos contratos de seguros;
Nota 3) Teste de adequação dos passivos (TAP);
Nota 3) Provisões, ativos e passivos contingentes; e
Nota 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar.
h) Segregação entre circulante e não circulante
O Grupo efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando atendem as seguintes condições:
• Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) do Grupo; e
• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
i) Normas, normas e interpretações aplicadas não adotadas
Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Dentre aquelas que podem ser relevantes para o Grupo, encontra-se:
O CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros de IA5 39.
O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e não separamos impactos no GRUPO em virtude dos nossos contratos serem de seguros.
O CPC 17 - Arrendamentos, requer que as Companhias tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.
A IFRS 17 - Contratos de Seguros, substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente e tem o objetivo de contribuir para melhor entendimento dos aspectos como exposição ao risco, rentabilidade e posição financeira. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2021.
Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.
Até a data da publicação destas demonstrações financeiras, a SUSEP não havia referendado os CPC's 47 e 48. As IFRS 16 e 17 ainda não foram referendados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis localmente.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Recetas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prêmios de seguros líquidos	21(a)	-	16.004.098	15.882

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

econômico são chamadas de "salvados, os quais são estimados e contabilizados, considerando o histórico de vendas do grupo com referência ao valor de Mercado da Tabela FFE ou Molcar, líquido dos custos de venda e/ou outras métricas para as demais modalidades.

e) **Redução ao valor recuperável**

i. Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros. Para a referida provisão também é considerado componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais para algumas carteiras e alguns requerimentos regulatórios.

Os créditos a recuperar com resseguradores, são avaliados e sua recuperabilidade com base em estudo que considera o total dos créditos com data de origem superior a 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o rating do ressegurador. Para as operações com IBB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros, MAPFRE Companhia de Resseguros S.A. e MAPFRE Global Risks, Companhia Internacional de Seguros Y Resseguros S.A. não há histórico de risco de perda.

ii. Ativos não financeiros

Ativos sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, propriedade para investimento, salvados e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ativo, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Investimentos

i. Participações societárias

Os investimentos em outras Sociedades são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais.

ii. Propriedades para investimentos

Os imóveis (prédios e terrenos) que não são classificados como propriedade de uso próprio e que são alugados a terceiros para serem usados são classificados em conformidade com o IAS 40 - Propriedades para Investimentos. Esses ativos imobiliários compreendem propriedades que são alugadas a terceiros e classificados, segundo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil como um *leasing* operacional. Esses ativos são avaliados ao custo de aquisição reduzido por depreciação.

Os imóveis são inicialmente mensurados ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade de investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade de investimento.

Propriedades imobiliárias de investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Eventuais ganhos ou perdas na baixa ou alienação de propriedade de investimento são reconhecidas no demonstração do resultado no ano da referida baixa ou alienação.

Transferências são realizadas para a conta de propriedade de investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso, evidenciada pelo término da ocupação pelo proprietário, início de arrendamento mercantil para outra parte ou conclusão da construção ou incorporação. Para uma transferência de propriedade de investimento para propriedade de uso próprio, o custo presumido para fins de contabilização subsequente corresponde ao valor justo na data da mudança no seu uso. Se o nível de uso próprio se tornar uma propriedade de investimento, o Grupo contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Quando o Grupo conclui pelos próprios meios a construção ou incorporação de uma propriedade de investimento, qualquer diferença entre o valor justo da propriedade naquela data e o seu valor contábil anterior é reconhecida na demonstração do resultado.

g) Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios do Grupo. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de cada fechamento. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados no ativo contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado, somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo irão fluir para o Grupo e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Quando ocorre a substituição de um determinado componente ou parte de um componente, o item substituído é baixado, apropriadamente. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do exercício, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pelo Grupo estão divulgadas na nota explicativa 12.

h) Ativos intangíveis

i. Ágio

O ágio contabilizado pelo Grupo na aquisição de empresas representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos na data da combinação de negócios.

ii. Canais de distribuição

A aquisição de um canal de distribuição pode oferecer maior acessibilidade para um mercado não previamente aproveitado representando um canal bancário oferecido pelas agências do Banco do Brasil. O valor atribuído a este ativo intangível na combinação de negócios representa o resultado de direitos e obrigações de seguros que não existem contratualmente na data da combinação de negócios e que serão originados pelo potencial de novas vendas em função da acessibilidade do Grupo à base de clientes do Banco do Brasil através do canal bancário. Este potencial de geração de vendas, em função da maior abrangência dos canais adquiridos, contribuirá para a geração de benefícios econômicos futuros ao longo do tempo. Este potencial é representado pela estratégia de *Cross-Selling* utilizada pela MAPFRE já que é possível a venda de múltiplos produtos ou serviços a um mesmo cliente e ainda a venda desses produtos ou serviços para os clientes do Banco do Brasil que eventualmente não adquiriram esses produtos.

iii. Valores de carteira de clientes adquirida (Value of Business Acquired - VOB)

É um ativo intangível identificável no contexto de um processo de aquisição de uma carteira alvo quando da combinação de negócios.

Ele representa a remuneração da Companhia vendedora por ter uma carteira de negócios vigentes que trará lucros depois de pagos todos os benefícios e indenizações futuros associados às apólices em vigor na data da aquisição, despesas administrativas e custos de regulação de sinistros.

Os intangíveis relacionados com o canal de distribuição e VOB, adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo da aquisição. Esses intangíveis tem vida útil e são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada.

A amortização é calculada segundo método exponencial considerando a vida útil estimada para esses intangíveis de 20 anos, o qual findar-se-á no exercício de 2031.

iv. Outros ativos intangíveis

Gastos de desenvolvimento interno de sistemas, incluído o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento desses sistemas.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorridos a valor específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

O Grupo adquiriu certos direitos de comercialização de seus produtos em diversos canais de vendas nas atividades comerciais de varejo. O valor pago por esses direitos, acrescida dos custos diretos incrementais da transação foram contabilizados como ativo intangível de vida útil definida e estão sendo amortizado pelo prazo contratual segundo o IAS 38 - Ativo Intangível e divulgado na nota explicativa 13. Adicionalmente, foi realizada a análise de recuperabilidade dos montantes registrados, onde para os itens que foi identificada a necessidade de *impairment*, o Grupo contabilizou as perdas.

e) Custos de desenvolvimento de produtos

É composto substancialmente por valores referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método "pro rata-die" tomando-se como início e fim de vigência do risco segundo:

i) Passivos de contratos de seguros/Débitos das operações com seguros/resseguros, previdência complementar, Passivos Financeiros - capitalização (Provisões técnicas - seguros, previdência complementar, capitalização e resseguros)

ii) Seguros

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, líquido do custo inicial de contratação correspondente ao período de risco a decorrer, calculada pelo método "pro rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos.

A Provisão de Excedentes Técnicos (PET), é constituída, para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico de apólice.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de consórcio cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial. Inclui o ajuste do IBNER (Sinistros Ocultos) não Sendo Suficientemente Avisados), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agregada.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data do balanço. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de sinistros.

ii. Previdéncia complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial.

A provisão matemática de benefícios a conceder vinculada aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs).

Os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAc), é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos representa o valor atual dos compromissos da Seguradora para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios sob a forma de renda.

A Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto em fase de diferimento quanto na fase de concessão de benefícios.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos.

Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos

Produto

Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMISdo (male/female)	1,50% a.a. 0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	Não há	0% a.a. 0% a 3%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMISdo (male/female)	0% a.a. 0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMISdo (male/female)	0% a.a. 0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMISdo (male/female)	3% a.a. 0%

As operações do Grupo DPVAT, incluindo as respectivas provisões técnicas, são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Teste de adequação dos passivos (TAP)

O Grupo elabora o teste de adequação de passivos semestralmente para todos os contratos que atendem a definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considera a projeção dos sinistros/benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros e ressarcimentos e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi utilizado a estrutura a termo da taxa de juros (ETT) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNER. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado à soma das provisões técnicas.

Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objeto de análise neste teste.

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

k) **Classificação dos contratos de seguros e de investimento**

Os contratos de seguro são classificados em contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim diferido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

l) **Mensuração dos contratos de seguros**

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e depreciados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de demonstração de provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios.

m) **Ativo de resseguro**

Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos.

Os prêmios de resseguro relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros.

Os custos de resseguro são reconhecidos em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As bases das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em demonstração matemática para a cobertura dos riscos assumidos pelos resseguradores.

Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de risco, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente estabelecidas.

n) **Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros**

Compreendem substancialmente as despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

Os custos de reconhecimento de sinistros já custeados e ainda não realizados.

São classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

Passivos de planos de capitalização: Os títulos de capitalização têm seus passivos financeiros calculados no momento do recebimento dos recursos pela Companhia. Os títulos são emitidos com pagamento único e o valor do depósito para resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Esses valores compõem a provisão matemática para resgates. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente a parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato.

A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso Os prêmios pagos em atos com nota de modalidade de do-proporcional são registrados arrecadados para o contrato de resseguro, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título.

Taxas e carregamento dos principais títulos

Processo SUSEP	Tipo	Carregamento %	Taxa
15414.000959/2008-16	PU	25,00	7,5
15414.000962/2008-30	PU	15,00	7,5
15414.005390/2011-81	PU	5,79	7,5
15414.900550/2011-36	PU	8,79	7,5
15414.901225/2013-13	PU	16,46	7,5
15414.900281/2015-01	PU	2,00	7,5

Os novos para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e arremojado cujo saldos de acordo com o valor indexador do plano desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate.

A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o custo que ocorrer primeiro, proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3).

A Provisão para Sorteios a Pagar (ASP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento do título.

As provisões de despesa administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização.

As atualizações monetárias e juros creditados às provisões técnicas são contabilizados como "Despesas administrativas".

o) **Benefícios aos empregados**

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago a longas prazos de tempo, com base no custo que o serviço respectivo é prestado.

Obrigações por aposentadorias

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual o Grupo paga contribuição fixa para uma entidade separada e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Os outros benefícios de curto prazo são como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

i) Reconhecimento de receitas

Prêmios de seguros e resseguro

As receitas de prêmios dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco a ocorrer primeiro, proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3).

O imposto sobre Operações Financeiras (IOF) a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo e é retido e recolhido simultaneamente no recebimento dos prêmios de seguro.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

Contribuições de planos de previdência

As contribuições de planos de previdência complementar são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento. A receita compreende as taxas administrativas e de carregamento cobradas.

Receitas com títulos de capitalização

As receitas com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos de pagamento único e a taxa sobre resgates antecipados dos títulos.

i) **Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão sujeitos a avaliação de imparidade.

s) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para MAPFRE Brasil Participações S.A. e empresas dos Estados Unidos e 20% sobre o lucro tributável, acrescida de 9% para as empresas não financeiras e 20% para seguradoras e empresas financeiras sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Bruto de Resseguro (*)

Região Geográfica	Auto	Vida	Danos	Demais	Total
	R\$	R\$	%	R\$	%
Centro Oeste	419.191	3.24%	859.192	175.823	1.633.335
Sudeste	592.796	4,52%	1.176.816	239.217	1.948.829
Norte	111.899	0,87%	227.816	38.956	421.286
Sudeste	2.105.801	16,28%	1.998.754	1.242.898	6.889.136
Sul	813.087	6,29%	819.931	312.517	2.348.815
Total	4.042.774	31,26%	4.640.805	1.898.985	12.934.016

Região Geográfica (*)

Região Geográfica	Auto	Vida	Danos	Demais	Total
	R\$	R\$	%	R\$	%
Centro Oeste	450.442	2,96%	835.474	782.317	2.239.627
Nordeste	560.623	3,69%	696.286	316.237	1.727.152
Norte	103.141	0,68%	241.668	154.887	521.610
Sudeste	2.089.383	13,75%	1.922.717	1.171.883	10.833.715
Sul	874.653	5,76%	871.115	1.186.000	4.017.000
Total	4.078.233	26,84%	4.557.260	4.147.810	15.886.202

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT respectivamente, no montante de R\$ 23.683 e R\$ 374.850 (R\$ 83.561 e R\$ 602.597 em 2016).

Sensibilidade do risco de subscrição

O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. Os seguintes riscos representam variações significativas do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros do Grupo com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, a análise de sensibilidade foi realizada considerando as variações para cada tipo de negócio.

Como fatores de risco elegiram-se as variáveis abaixo:

Provisões técnicas

Provisão de IBNR (a1): Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros, podendo afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou o agravamento nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores.

Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira.

Considerando as pressmas acima descritas, os valores apurados são:

	2017	2016
	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido
Patrimônio Líquido	18.227.216	16.027.299
Variação	24.604	7.416
Total	18.251.820	16.034.715

(*) Não inclui RVNE de resseguro no valor de R\$ (15.864) (R\$ 24.732 em 2016).

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente as operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de risco das companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas informações disponíveis na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelos alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

l) **Lucros não contemplados para vendas**

O Grupo detém certos ativos não correntes que são mantidos para a venda, como estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Quando o Grupo elabora o teste de adequação dos passivos (TAP) de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros não incluídos nos ativos recuperados que se encontram em estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa.

ii) **Provisões, ativos e passivos contingentes**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica do Grupo, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico IAS 37- Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se a obrigação puder ser avaliada com base em eventos passados, o e o pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

i. Cálculo de créditos tributários

Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração do Grupo e a determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O lucro por ação é calculado pela divisão do Lucro Líquido atribuído aos controladores pelo número de ações nominativas em circulação em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e lucro diluído é o mesmo.

Nota 4 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Grupo de forma geral está exposto aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

a) Risco de subscrição;

b) Risco de crédito;

c) Risco de liquidez;

d) Risco de mercado; e

e) Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios utilizados pelo Grupo na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de evitar perdas e garantir a sustentabilidade da empresa. A estrutura de gerenciamento de riscos é baseada no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

O Grupo conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, alinhado com a regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração das Companhias até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento dos riscos é realizado através de comitês de gestão de riscos, criados para apoiar a estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam impactar os resultados operacionais e a sustentabilidade das operações.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de *Value at Risk - (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outros. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de análises de riscos, testes de adequação de passivos e análises de perdas e análises de sinistros e ações corretivas, e de auditorias, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos.

Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o Grupo conta com os seguintes comitês:

- Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência do Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos instituídos no âmbito de suas atribuições.
- Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.
- Comitê de auditoria:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração.

O Conselho de Administração, por meio de suas comissões, revisa as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos instituídos no âmbito de suas atribuições.

Comitê executivo: Cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório do Grupo. Outros benefícios incluem a colaboração com o ambiente de controles internos, tais como a gestão dos processos de prevenção e combate a lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

O relacionamento dos Comitês com a alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, sendo que o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regulamentos a definição das atribuições e nível de reporte.

Além do intuito de gerir os riscos que o Grupo está exposto, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil do Grupo. A auditoria interna fornece análises, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, o controle efetivo a um custo razoável.

As despesas de auditoria interna estão voltadas ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

a) **Risco de subscrição**

O Grupo define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade de perda com o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde o Grupo possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com subordinação comercial, títulos de capitalização e outros instrumentos de seguro onde o evento ocorre afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorre. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro, o risco de subscrição é gerenciado através de uma metodologia de cálculo de sinistros. O Grupo entende que o principal risco transferido para o Grupo é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados excedem o valor contábil dos passivos de contratos de seguros, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que o Grupo incorpora para fazer face aos eventos de sinistros.

O Grupo utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuem *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos segurados com importância significativa nos resultados.

Concentração de riscos

As exposições à concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto de resseguro.

	2017	2016
	Consolidado	Consolidado
AAA	126.545	3.244.091
AA+	13.458	

continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Controladora			Consolidado		
A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
2017					
Caixa e equivalentes de caixa	46	55.196	46	55.196	55.196
Aplicações Financeiras	859.240	57.274	916.514	12.156.147	3.890.983
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	-	4.680.125	1.037.641	5.717.766
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	-	2.158	2.158
Créditos das operações de capitalização	-	-	8.842	1.763.017	1.897.512
Títulos e Créditos a Receber	6.265	-	6.265	134.495	209.933
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	2.444.409	209.933	2.654.342
Créditos tributários e previdenciários	79.427	-	79.427	334.486	1.763.380
Outros ativos	133	-	133	113.088	113.088
Salvados (bens) a venda	-	-	286.580	-	286.580
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	1.429.484	1.006.629	2.436.113
Total dos ativos	945.111	57.274	1.002.385	12.645.010	9.337.097
Passivos de contrato de seguros	-	-	12.280.339	19.758.220	30.982.107
Passivos de operações com seguros e resseguros	-	-	2.316.561	2.316.561	2.316.561
Débitos de operações com previdência complementar	-	-	14.984	14.984	14.984
Passivos financeiros - capitalização	-	-	107.296	107.296	107.296
Depósito de terceiros	-	-	141.521	141.521	141.521
Impostos e contribuições a recolher	-	-	-	-	-
Passivos diferidos	211.522	211.522	-	1.169.379	1.169.379
Outros passivos	5.329	20.229	1.063.674	1.463.069	2.526.743
Total dos passivos	14.300	217.451	231.751	15.924.375	10.110.329

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A gestão e os valores dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., não havendo diferença entre os valores contábeis e os valores de mercado.

As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: títulos com cotação em mercado ativo.

Nível 2: títulos não cotados nos mercados abrangeiros no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: Quando são valorizados com base em modelos de avaliação, cujas variáveis ou não negociadas, ou não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Em 2017 e 2016, não houve transferências de ativos financeiros entre níveis hierárquicos, bem como não houve reclassificações entre categorias "Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado", "Ativos financeiros disponíveis para venda" e "Ativos financeiros mantidos até o vencimento".

A decisão sobre se um mercado está ativo pode incluir, mas não está limitada a, considerações de fatores como frequência de negociação, disponibilidade de preços, volume das compras e vendas. No mercado inativo, a garantia que o preço da transação fornece evidências de valor justo ou determina os ajustes para o preço da transação, que são necessárias para mensurar o valor justo dos instrumentos, requer um trabalho adicional durante o processo de avaliação.

A maioria das técnicas de avaliação emprega apenas dados de mercado observáveis e, portanto, a contabilidade da mensuração do valor justo é alta. No entanto, o uso de dados não observáveis em cálculos de valor justo é mais subjetivo. Um instrumento em sua totalidade é classificado como avaliado utilizando dados significativos não observáveis se, na opinião da Administração, uma parte significativa do valor contábil ébu lucro na contratação ("ganho ou perda no primeiro dia") do instrumento é calculada utilizando-se dados não observáveis. "Não observáveis" nesse contexto significa que há pouco ou nenhum dado de mercado atual disponível que possa determinar o preço em que a transação seria provável de ocorrer. Isso geralmente não significa que não há dados disponíveis em todos os mercados para a determinação do valor justo (o consenso de preço pode, por exemplo, ser utilizado). Além disso, em muitos casos, a maioria dos valores justos derivados de operações de avaliação com dados significativos não observáveis pode ser atribuída aos dados observáveis. Consequentemente, o efeito da incerteza na determinação dos dados não observáveis será restrita a incerteza do valor justo do instrumento financeiro que está sendo mensurado. Para ajudar a compreender a extensão e a amplitude dessa incerteza, informações adicionais são fornecidas na seção intitulada "Efeito das mudanças significativas em premissas não observáveis em cenários razoavelmente possíveis" abaixo.

Todas as posições líquidas de instrumentos financeiros não derivativos e todos os derivativos são valorizadas pelos preços de compra e venda quando apropriado. As posições compradas são marcadas pelo preço de venda e as posições vendidas pelo preço de compra.

Para o valor justo de uma carteira de instrumentos financeiros cotados em mercado ativo e calculado pelo produto do número de unidades e seu preço cotado sendo que nenhum desconto é efetuado.

As aplicações financeiras estão apresentadas abaixo:

Aplicações financeiras classificadas por níveis:

Títulos	2017			2016		
	Controladora Valor contábil	Consolidado Valor contábil	Total	Controladora Valor contábil	Consolidado Valor contábil	Total
I - Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	756.732	102.508	859.240	10.431.108	810.926	11.242.034
Fundos de investimentos	756.732	102.508	859.240	7.932.295	188.549	8.120.844
Certificados de depósitos bancários	-	4.783	4.783	4.783	4.783	4.783
Depósitos de investimentos - DPVAT	-	-	-	1.072.031	74.966	1.146.997
Debêntures	-	23.666	23.666	23.666	23.666	23.666
Letras financeiras do tesouro (LFT)	663.031	-	663.031	2.532.154	346.027	2.878.181
Letras financeiras - LF	-	24.374	24.374	24.374	24.374	24.374
Letras do tesouro nacional (LNTN)	-	-	-	193.263	193.263	193.263
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	2.634	2.634	2.634
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	-	-	-	-
Operações compromissadas(*)	93.820	-	93.820	4.125.916	104.273	4.230.189
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	-	-	5.896	11.545	17.441
Investimentos - outros	-	49.685	49.685	49.685	49.026	98.711
Ajuste DI	(119)	-	(119)	401	(69)	332
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	-	-	(83)	(83)
Carteira administrada	-	-	-	32.630	32.630	32.630
Fundos de investimento em títulos creditórios - não exclusivo	-	-	-	32.630	32.630	32.630
Fundos Especialmente Constituídos - FGC/LVGBL	-	-	-	2.498.813	589.747	3.088.560
Certificados de depósitos bancários	-	-	-	60.604	60.604	60.604
Depósitos de investimentos - DPVAT	-	-	-	139.452	139.452	139.452
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	650.383	650.383	650.383
Letras financeiras - LF	-	-	-	308.502	308.502	308.502
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	-	-	353.308	353.308	353.308
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	-	-	46.184	46.184	46.184
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	-	-	13.072	13.072	13.072
Letras do tesouro nacional (LNTN)	-	-	-	1.281.800	1.281.800	1.281.800
Operações compromissadas (*)	-	-	-	97.233	97.233	97.233
Opções de futuros	-	-	-	-	-	-
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	-	-	4.420	4.420	4.420
Depósitos a prazo com garantia especial	-	-	-	70.055	70.055	70.055
Termo tesouro	-	-	-	6.492	6.492	6.492
Swap	-	-	-	(8)	(8)	(8)
Fundos de investimentos - abertos/outs	-	-	-	230	230	230
Letras de câmbio	-	-	-	3.930	3.930	3.930
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	-	(5.982)	(5.982)	(5.982)
Ativos	-	-	-	62.815	62.815	62.815
II - Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.480.179	469.159	1.949.338
Carteira administrada	-	-	-	1.480.179	469.159	1.949.338
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	-	-	-	573.214	573.214	573.214
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	-	312.581	312.581	312.581
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	453.908	453.908	453.908
Letras financeiras - LF	-	-	-	111.955	111.955	111.955
Letras do tesouro nacional (LNTN)	-	-	-	111.955	111.955	111.955
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	94.989	94.989	94.989
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	-	-	28.521	28.521	28.521
Debêntures	-	-	-	189.772	189.772	189.772
Letras financeiras (LF)	-	-	-	184.398	184.398	184.398
Notas promissórias (NP)	-	-	-	184.398	184.398	184.398
III - Ativos mantidos até o vencimento	57.274	57.274	2.840.678	14.638	2.855.316	81.895
Fundo de investimento	57.274	57.274	2.840.678	10.238	2.850.916	81.895
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	37.761	37.761	2.128.441	-	2.128.441	34.585
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	-	-	453.908	453.908	453.908
Letras financeiras - LF	-	-	-	111.955	111.955	111.955
Letras do tesouro nacional (LNTN)	-	-	-	111.955	111.955	111.955
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	94.989	94.989	94.989
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	-	-	28.521	28.521	28.521
Debêntures	-	-	-	189.772	189.772	189.772
Letras financeiras (LF)	-	-	-	184.398	184.398	184.398
Notas promissórias (NP)	-	-	-	184.398	184.398	184.398
IV - Outras aplicações	57.274	57.274	2.840.678	14.638	2.855.316	81.895
Fundo de investimento	57.274	57.274	2.840.678	10.238	2.850.916	81.895
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	37.761	37.761	2.128.441	-	2.128.441	34.585
Notas do tesouro nacional (NTN-C)	-	-	-	-	-	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	-	-	-	-	-	-
Letras financeiras do tesouro (LFT)	19.513	19.513	536.107	453.908	453.908	453.908
Letras financeiras - LF	-	-	-	111.955	111.955	111.955
Letras do tesouro nacional (LNTN)	-	-	-	111.955	111.955	111.955
Certificados de depósitos bancários (CDB)	-	-	-	94.989	94.989	94.989
Títulos da dívida agrária (TDA)	-	-	-	28.521	28.521	28.521
Debêntures	-	-	-	189.772	189.772	189.772
Letras financeiras (LF)	-	-	-	184.398	184.398	184.398
Notas promissórias (NP)	-	-	-	184.398	184.398	184.398
Total	814.006	102.508	916.514	14.752.407	1.294.723	16.047.130

Controladora			Consolidado		
A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
2016					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	6	185.558	185.558
Aplicações Financeiras	538.671	52.837	591.508	10.869.722	4.822.312
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	-	5.131.150	1.144.224	6.275.374
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	-	885	885
Créditos das operações de capitalização	-	-	-	5.663	5.663
Títulos e Créditos a Receber	36.641	-	36.641	1.661.141	1.798.741
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	2.068.327	232.613	2.300.940
Créditos tributários e previdenciários	63.266	2.943	66.209	306.786	1.637.918
Outros ativos	377	-	377	125.645	125.645
Salvados (bens) a venda	1	-	1	328.010	328.010
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	-	1.407.755	964.954
Total dos ativos	638.961	55.780	694.741	20.567.996	10.156.381
Passivos de contrato de seguros	-	-	-	11.847.494	17.071.356
Passivos de operações com seguros e resseguros	-	-	-	2.207.713	2.207.713
Débitos de operações com previdência complementar	-	-	-	13.878	13.878
Passivos financeiros - capitalização	-	-	-	77.942	77.942
Depósito de terceiros	-	-	-	152.452	152.452
Passivos diferidos	-	-	-	1.168.282	1.168.282
Outros passivos	5.658	360.531	366.189	1.664.156	3.001.919
Total dos passivos	5.658	619.366	625.024	15.637.242	10.056.300

Controladora			Consolidado		
A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total	A vencer em até 1 ano	A vencer acima de 1 ano	Total
2017					
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	6	185.558	185.558
Aplicações Financeiras	538.671	52.837	591.508	10.869.722	4.822.312
Créditos das operações com seguros e resseguros	-	-	5.131.150	1.144.224	6.275.374
Créditos das operações com previdência complementar	-	-	-	885	885
Créditos das operações de capitalização	-	-	-	5.663	5.663
Títulos e Créditos a Receber	36.641	-	36.641	1.661.141	1.798.741
Ativos de resseguro - provisões técnicas	-	-	2.068.327	232.613	2.300.940
Créditos tributários e previdenciários	63.266	2.943	66.209	306.786	1.637.918
Outros ativos	377	-	377	125.645	125.645
Salvados (bens) a venda	1	-	1	328.010	328.010
Custos de Aquisição Diferidos	-	-	-	1.407.755	964.954
Total dos ativos	638.961	55.780	694.741	20.567.996	10.156.381
Passivos de contrato de seguros	-	-	-	11.847.494	17.071.356
Passivos de operações com seguros e resseguros	-	-	-	2.207.713	2.207.713
Débitos de operações com previdência complementar	-	-	-	13.878	13.878
Passivos financeiros - capitalização	-	-	-	77.942	77.942
Depósito de terceiros	-	-	-	152.452	152.452

continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

e) Instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía operações de instrumentos financeiros derivativos conforme apresentadas na tabela abaixo. O objetivo de atuação no mercado de derivativos é de proteção visando minimizar a exposição a riscos de mercado, de taxa de juros e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmio dos produtos do ramo de agronegócio. A utilização de derivativos está condicionada a avaliação do cenário macroeconômico. Os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados a seguir:

Consolidado				
Derivativos	2017		2016	
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - A vencer até 180 dias (LTN)	(951)	95.000	94.950	(5)
DI FUT - A vencer entre 180 e 360 dias (LTN)	(504)	50.403	48.791	(4)
DI FUT - A vencer acima de 360 dias (LTN)	(1.435)	14.597	13.125	(5)
Total	(1.602)	160.000	156.866	(9)

Consolidado				
Derivativos	2016		2015	
	Quantidade	Valor de referência	Valor justo	Valor a receber/pagar
DI FUT - A vencer até 30 dias (LTN)	(1.075)	107.500	107.391	(9)
DI FUT - A vencer acima de 360 dias (LTN)	(1.435)	143.498	126.060	(7)
Total	(2.510)	250.998	233.451	7

Nota 7 - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS
A) CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS
Composição do Saldo de curto e longo prazo

Consolidado			
	2017	2016	2015
Prêmios a Receber - Curto Prazo	4.014.487	4.185.610	4.185.610
Operações com Seguradoras	60.263	112.330	112.330
Operações com resseguradoras	438.880	531.287	531.287
Outros créditos	294.278	309.969	309.969
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber	(127.783)	(8.046)	(8.046)
Créditos das operações com seguros e resseguros - Curto Prazo	4.680.125	5.131.150	5.131.150
Prêmios a Receber - Longo Prazo	1.037.641	1.144.224	1.144.224
Créditos das operações com seguros e resseguros - Longo Prazo	1.037.641	1.144.224	1.144.224

Prêmios a Receber - Curto Prazo
Prêmios a Receber - Longo Prazo
Redução ao valor recuperável de prêmios a receber
Saldo de Prêmios a Receber
Monetização de prêmios a receber, líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Consolidado			
	2017	2016	2015
Prêmios em Inicial no exercício	5.321.788	6.119.465	6.119.465
Prêmios Emitidos Líquidos	19.556.454	19.035.006	19.035.006
CANCELAMENTOS	(3.441.536)	(2.810.820)	(2.810.820)
Recebimentos	(16.384.578)	(17.013.817)	(17.013.817)
Reversão de riscos sobre prêmios a receber	127.783	(8.046)	(8.046)
Saldo em final no exercício	4.924.345	5.321.788	5.321.788

Vencidos
Vencidos
1 a 30 dias
31 a 60 dias
61 a 120 dias
121 a 180 dias
181 a 365 dias
Superior a 365 dias
Crédito das Operações com seguros e resseguros
B) TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Ressarcimentos	-	-	65.763	90.659	-	-	-
Outros recebíveis	2.964	3.053	8.706	25.085	-	-	-
Notas promissórias	-	-	13.151	20.110	-	-	-
Títulos a receber capitalização	-	-	25.111	11.390	-	-	-
Títulos e créditos a receber	817	-	1.605	11.586	-	-	-
Valores a receber DTVM	-	-	-	4.143	-	-	-
Depósitos judiciais e fiscais	-	-	42	1.327	-	-	-
Cisão de carteiras MAPFRE Vida S.A.	-	-	413	341	-	-	-
Dividendos a receber	1.660	32.769	290	-	-	-	-
Compartilhamento de despesas	824	777	-	-	-	-	-
Crédito de subvenção do Ministério da Agricultura	-	-	18.129	-	-	-	-
Total Circulante	6.265	36.641	134.495	164.162	6.265	36.641	134.495

Nota 8 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS
Ativos diferidos
Tributos a compensar
Tributos retidos na fonte
Antecipação de imposto de renda/contribuição social
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR
Outros créditos
Total circulante
Diferenças temporárias:
Contingências tributárias
Contingências civis
Contingências trabalhistas
Provisão para riscos de crédito
Provisão para participação nos lucros
Outras provisões
Ajustes com Títulos e valores mobiliários
Imposto de renda - adições temporárias
Contribuição social - adições temporárias
Prejuízo fiscal e base negativa
PIS/COFINS sobre PSL/IBNR
Outros créditos
Total não circulante

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

Nota 9 - OUTROS ATIVOS
Despesas antecipadas
Dividendos a receber
Bloqueios judiciais de sinistros
Créditos com partes relacionadas
Adiantamento a funcionários
Adiantamentos administrativos
Outros ativos
Total Circulante
Nota 10 - SALVADOS (BENS) À VENDA
O Grupo detém certos ativos que são mantidos para a venda, como salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados, conforme demonstrado a seguir:
Composição do saldo de Salvados (Bens) à venda:

Consolidado			
	2017	2016	2015
De 1 a 30 dias	49.940	49.877	49.877
De 31 a 60 dias	30.659	35.633	35.633
De 61 a 120 dias	19.773	34.556	34.556
De 121 a 365 dias	31.029	61.351	61.351
Superior a 365 dias	126.014	76.180	76.180
Total	285.452	323.763	323.763

Nota 11 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
Empresas
BB MAPFRE SH1 Participações S.A.
MAPFRE BB SH2 Participações S.A.
MAPFRE Previdência S.A.
MAPFRE Capitalização S.A.
Total

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

Nota 12 - IMOBILIZADO
Taxa Anos de anual vida útil
Terrenos
Edifícios
Móveis e utensílios
Beneficiárias
Outras imobilizações
Equipamentos
Veículos
Total

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

Nota 13 - INTANGÍVEL
2017
Desenvolvimento de programas
Outros intangíveis (canal Affinity)
VOBA - Carteira de Clientes (ii)
Canal de Distribuição (ii)
Agio na aquisição de investimento (i)
Total

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Saldo 31/12/2016	156.243	167.728	156.243	167.728	156.243	167.728	156.243
Adição (*)	325.943	167.728	325.943	167.728	325.943	167.728	325.943
Amortização	(2.324.582)	(398.321)	(2.324.582)	(398.321)	(2.324.582)	(398.321)	(2.324.582)
Total	3.800.887	109.489	(18,774)	(265,113)	3.626.489	3.626.489	3.626.489

Nota 14 - DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DOS PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS - CONSOLIDADO
Passivos de contratos de seguros - Consolidado
Provisões técnicas de seguros
Provisões técnicas de vida individual e vida com cobertura sobrevivência/VGBL
Provisões técnicas de previdência
Total
Curto prazo
Longo prazo
Provisões Técnicas de Seguros
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)
Provisão de sinistros a liquidar - PSL
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR
Provisão complementar de cobertura - PCC
Outras provisões
Total

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

Nota 15 - DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS
A seguir demonstramos a composição do saldo.
Prêmios a restituir
Operações com seguradoras
Operações com resseguradoras
Coretores de seguros e resseguros
Outros débitos operacionais
Total Circulante

Consolidado			
	2017	2016	2015
Prêmios a restituir	17.007	6.886	6.886
Operações com seguradoras	56.773	98.656	98.656
Operações com resseguradoras	964.416	800.740	800.740
Coretores de seguros e resseguros	977.741	1.007.491	1.007.491
Outros débitos operacionais	300.624	363.949	363.949
Total Circulante	2.316.561	2.207.713	2.207.713

Nota 16 - TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER
Ressarcimentos
Outros recebíveis
Notas promissórias
Títulos a receber capitalização
Títulos e créditos a receber
Valores a receber DTVM
Depósitos judiciais e fiscais
Cisão de carteiras MAPFRE Vida S.A.
Dividendos a receber
Compartilhamento de despesas
Crédito de subvenção do Ministério da Agricultura
Total Circulante
Depósitos judiciais e fiscais
Outros recebíveis
Total não Circulante

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

Nota 17 - EQUIVALÊNCIA
Amortização do PPA bruto de impostos
Ajustes com títulos e valores mobiliários
Redução de investimentos ao valor recuperável
Total
Amortização do PPA bruto de impostos
Ajustes com títulos e valores mobiliários
Redução de investimentos ao valor recuperável
Total

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

Nota 18 - EQUIVALÊNCIA
Amortização do PPA bruto de impostos
Ajustes com títulos e valores mobiliários
Redução de investimentos ao valor recuperável
Total
Amortização do PPA bruto de impostos
Ajustes com títulos e valores mobiliários
Redução de investimentos ao valor recuperável
Total

Controladora				Consolidado			
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2015
Capital social	2.050.198	2.733.594	1.515.557	(133.152)	25,01%	1.696.758	(533.360)
Patrimônio líquido	1.968.380	3.435.374	(26.351)	(12.879)	50,00%	2.015.373	(102.344)
Resultado do exercício	81.273	93.740	(3.315)	-	100,00%	97.055	-
Amortização do PPA bruto de impostos	12.000	21.003	1.490.524	(146,031)	100,00%	17.529	(1.159)
Total	3.853.319	6.263.711	1.979.459	(143,108)	3,826.715	(636,863)	367,182

continuação

continuação

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

Nota 21 - DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Ramos de atuação - Consolidado	2017				Percentual - %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Despesas (receitas) de comercialização	Sinistralidade	Comercialização	
Automóvel	3.545.223	2.458.655	688.443	69,35%	19,42%	
Vida em grupo	2.015.118	872.633	789.095	43,30%	39,16%	
Prestamista	1.251.634	339.249	391.667	27,26%	30,56%	
Pessoas coletivas	1.194.736	234.275	420.444	19,61%	35,19%	
Patrimonial	1.189.395	627.287	221.703	52,74%	18,64%	
Seguro agrícola com cobertura do FESR	858.144	418.174	74.916	48,80%	8,75%	
Seguro de vida do produtor rural	753.787	110.731	219.880	14,69%	29,17%	
Penhor rural - Instituições financeiras privadas	679.839	180.701	68.868	26,58%	10,13%	
Rural	387.772	206.023	73.211			
Responsabilidade civil facultativa	347.515	322.690	51.207	92,86%	14,74%	
DPVAT	284.028	239.972	3.364	84,49%	1,18%	
Seguro agrícola sem cobertura do FESR	268.596	219.067	22.267			
Riscos financeiros	263.599	351.641	65.135	133,40%	24,71%	
Riscos especiais	225.922	90	1.062	0,04%	0,47%	
Doenças graves ou doença terminal	185.208	32.337	68.194	17,46%	36,82%	
Assistências e outras coberturas - Auto	182.859	81.685	20.540	44,61%	11,23%	
Compreensivo residencial	168.949	69.827	55.584	41,33%	32,90%	
Compreensivo empresarial	156.664	60.096	55.569	38,36%	35,47%	
Aeronáuticos	151.907	132.493	62.243	87,22%	41,11%	
Pessoas individuais	102.475	23.877	17.4	23,30%	-0,17%	
Riscos diversos	101.977	21.803	62.206	21,38%	61,00%	
Demais ramos	1.445.960	514.507	369.148	35,63%	25,52%	
Total	15.791.307	7.518.413	3.728.572	47,61%	23,61%	

Ramos de atuação	2016				Percentual - %	
	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Despesas (receitas) de comercialização	Sinistralidade	Comercialização	
Automóvel	3.874.896	2.686.142	714.932	69,32%	18,45%	
Vida em grupo	2.250.148	909.546	708.650	40,42%	31,49%	
Prestamista	1.471.762	449.918	446.385	30,57%	30,33%	
Patrimonial	1.305.791	456.113	237.785	34,93%	18,21%	
Acidentes pessoais coletivos	1.252.834	232.133	446.277	18,53%	35,62%	
Penhor rural - Instituições financeiras privadas	995.409	382.777	139.553	38,45%	14,02%	
Seguro agrícola com cobertura do FESR	857.362	834.660	57.910	108,77%	7,23%	
Seguro de vida do produtor rural	647.555	80.426	188.503	12,42%	29,11%	
DPVAT	422.141	351.367	5.649	83,23%	1,34%	
Responsabilidade civil facultativa	375.189	293.700	46.973	78,28%	12,52%	
Riscos especiais	260.399	14.348	1.198	-5,51%	0,46%	
Doenças graves ou doença terminal	207.611	42.643	77.896	20,54%	37,52%	
Assistências e outras coberturas - Auto	207.306	86.737	41.932	41,84%	8,65%	
Riscos financeiros	201.536	191.822	31.923	95,18%	15,84%	
Aeronáuticos	192.853	136.289	6.846	70,67%	3,55%	
Compreensivo empresarial	173.072	62.323	61.787	35,70%	35,70%	
Compreensivo residencial	169.833	67.560	56.554	39,78%	33,30%	
Crédito Interno	134.956	19.353	12.497	14,34%	9,26%	
Demais ramos	1.611.237	747.756	320.470	46,41%	19,89%	
Total	16.521.590	8.016.915	3.571.521	48,52%	21,65%	

a) Prêmios líquidos	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Prêmios diretos	15.523.396	15.197.247	15.523.396	15.197.247
Prêmios de co-seguros aceitos	219.491	171.557	219.491	171.557
Prêmios de co-seguros cedidos	(427.162)	(356.286)	(427.162)	(356.286)
Restituição de prêmios	(20)	(399)	(20)	(399)
Repasso DPVAT	374.850	564.257	374.850	564.257
Recuperação de custos iniciais de contratação	228.223	227.444	228.223	227.444
Outros	85.320	79.029	85.320	79.029
Total	16.004.098	15.882.859	16.004.098	15.882.859

b) Receita com resseguros	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Recuperação de indenização - direto	1.636.278	1.324.927	1.636.278	1.324.927
Recuperação de indenização - co-seguro aceito	(6.107)	(29.888)	(6.107)	(29.888)
Recuperação de indenização - IBNR	(1.727)	(3.722)	(1.727)	(3.722)
Recuperação de indenização - FDR IBNR	(162)	(162)	(162)	(162)
Varição provisão - IBNR	270	270	270	270
IBNR de resseguro	(3.789)	(3.789)	(3.789)	(3.789)
Total	1.628.819	1.310.008	1.628.819	1.310.008

c) Sinistros ocorridos	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Sinistros	(2.280.569)	(7.621.918)	(2.280.569)	(7.621.918)
Prêmios de despesas relacionadas (PDR)	(179.491)	(171.557)	(179.491)	(171.557)
Serviço de assistência	(281.642)	(287.190)	(281.642)	(287.190)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(26.632)	(193.473)	(26.632)	(193.473)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNR	(23.301)	29.140	(23.301)	29.140
Despesa com sinistro	(6.749)	(6.749)	(6.749)	(6.749)
Varição de eventos ocorridos mas não avisados	(288)	7.300	(288)	7.300
Despesas com benefícios	(118)	(2.735)	(118)	(2.735)
Salvados e ressarcimentos	(584.380)	(473.006)	(584.380)	(473.006)
Total	(7.518.413)	(8.016.915)	(7.518.413)	(8.016.915)

d) Despesas com resseguros	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Prêmios de resseguro - direto	(2.357.207)	(2.253.484)	(2.357.207)	(2.253.484)
Prêmios de resseguro - co-seguro aceito	(107.022)	(107.022)	(107.022)	(107.022)
Prêmios de resseguro cancelados	122.086	130.031	122.086	130.031
Prêmios de resseguro restituídos	37.192	60.742	37.192	60.742
Varição das provisões de resseguro	4.096	(116.639)	4.096	(116.639)
Salvados e ressarcimentos	(8.444)	(2.487)	(8.444)	(2.487)
Outras despesas com resseguro	183	(3.692)	183	(3.692)
Total	(2.381.223)	(2.292.551)	(2.381.223)	(2.292.551)

e) Custos de aquisição	2017		2016	
	2017	2016	2017	2016
Custo de aquisição de seguros	(3.716.096)	(3.566.530)	(3.716.096)	(3.566.530)
Comissões	(3.426.230)	(3.071.023)	(3.426.230)	(3.071.023)
Despesas com apólices e/ou contratos	(127.665)	(121.378)	(127.665)	(121.378)
Varição das despesas de comercialização diferidas	(11.407)	(117.247)	(11.407)	(117.247)
Despesas com inspeção de riscos	(38.568)	(48.430)	(38.568)	(48.430)
Remuneração de agências	(36.509)	(35.166)	(36.509)	(35.166)
Comissões de estipulantes	(110.159)	(138.747)	(110.159)	(138.747)
Recuperação de comissões	31.912	28.421	31.912	28.421
Outros custos	(71.932)	(62.960)	(71.932)	(62.960)
Custo de aquisição de previdência	(12.476)	(10.991)	(12.476)	(10.991)
Comissões	(11.540)	(13.207)	(11.540)	(13.207)
Varição das despesas de comercialização	330	(833)	330	(833)
Outras despesas de comercialização	1.166	3.049	1.166	3.049
Total	(3.728.572)	(3.577.521)	(3.728.572)	(3.577.521)

f) Outras receitas e (despesas) operacionais e não operacionais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Com redução ao valor recuperável - RVR	-	-	(166.457)	(32.035)
Com contribuição ao FESR	-	-	(161.362)	(157.797)
Com contingências chaves	-	-	(6.406)	(6.406)
Com rastreadores	-	-	(63.101)	(68.242)
Com cobrança	-	-	(62.418)	(61.523)
Com endomarketing	-	-	(56.842)	(52.365)
Com seguros	-	-	(37.189)	(27.189)
Com honorários, recuperação com emissão de apólice e despesas com DPVAT	-	-	(7.593)	(7.809)
Com lucros atribuídos	(40)	(201)	(618)	(1.024)
Outras receitas/(despesas) operacionais e não operacionais	(40)	(201)	(135.280)	(135.905)
Total	(40)	(201)	(767.981)	(528.950)

g) Despesas administrativas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal próprio	(10.726)	(20.109)	(10.726)	(20.109)
Serviços de terceiros	(8.618)	(2.029)	(313.664)	(293.161)
Localização e funcionamento	(1.129)	(353)	(314.834)	(312.657)
Outras despesas administrativas	(1.186)	(11.327)	(229.230)	(230.815)
Total	(21.659)	(33.818)	(1.563.432)	(1.554.104)

h) Despesas com tributos	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
COFINS	-	-	(336.609)	(340.633)
COFINS crédito tributário	-	-	37.893	166.752
PIF	-	-	(54.797)	(56.373)
PIF crédito tributário	-	-	6.306	27.097
Taxa de fiscalização	-	-	(15.700)	(19.054)
Outras despesas com tributos	(4.429)	(3.415)	(19.242)	(19.806)
Total	(4.429)	(3.415)	(382.649)	(242.017)

i) Equivalência patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado equivalência (Nota 11)	367.182	567.359	367.182	567.359
Amortização do PPA (Nota 11)	(39.740)	(39.235)	-	-
Imposto de renda e contribuição social do PPA	13.513	13.339	-	-
Participações em outras sociedades	-	-	688	156
Total	340.955	541.963	688	156

j) Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Com oscilação do valor da cota	91.307	67.782	1.198.122	1.475.839
Com títulos de renda fixa	-	608	213.818	427.963
Com operações de seguros	-	-	90.065	263.682
Com atualização de depósitos judiciais	-	-	77.786	103.727
Com créditos tributários	-	-	4.069	5.840
Com títulos de renda variável	-	-	82.173	-
Outras receitas financeiras	-	-	36.981	-
Receitas financeiras	91.307	68.541	1.720.309	2.314.032
Com operações de previdência complementar	-	-	(268.203)	(396.541)
Com operações de seguros	-	-	(111.220)	(154.187)
Com atualização monetária sobre provisões judiciais	-	-	(114.520)	(88.345)
Com tributos	131.329	(29.428)	131.326	(29.437)
Com taxa de administração	-	-	(19.262)	(14.136)
Com juros sobre ativos financeiros	-	-	(38.933)	(9.451)
Com juros sobre o capital próprio	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	-	-	(27.497)	(265.667)
Despesas financeiras	131.329	(31.067)	(448.409)	(957.764)
Resultado financeiro	222.636	37.474	1.271.900	1.356.268

k) Determinação se um contrato contém um arrendamento	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Sede GRUPO	46.782	46.782	149.913	206.263	216.306	720.324	413.001	973.369	55.215
Call Center - Franca	3.610	4.115	13.713	18.120	16.956	27.564	34.		

MAPFRE Brasil Participações S.A. - CNPJ nº 09.007.935/0001-74

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Brasil Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MAPFRE Brasil Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MAPFRE Brasil Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme notas explicativas 1 e 26, em 2010 o Grupo MAPFRE firmou Acordo comercial com o Banco do Brasil S.A. para atuação conjunta no mercado segurador nos segmentos de pessoas, ramos elementares e automóveis. A operacionalização desse acordo requereu a reorganização societária da área de seguros do Grupo MAPFRE. Em 6 de fevereiro de 2018, foi divulgado fato relevante que visa estabelecer as premissas para celebração dos Acordos Definitivos que regularão a reestruturação societária e operacional da sociedades integrantes do atual GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE e a parceria entre os

acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários

tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ-079849/O-3